

**DO ACAMPAMENTO À  
PRODUÇÃO: TRAJETÓRIA  
HISTÓRICA E  
DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO DO  
ASSENTAMENTO OLGA  
BENÁRIO EM SANTA  
TEREZA DO OESTE,  
PARANÁ**

**FROM CAMP TO PRODUCTION: HISTORICAL TRAJECTORY AND  
SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT OF THE OLGA BENÁRIO SETTLEMENT  
IN SANTA TEREZA DO OESTE, PARANÁ**

Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas • 24/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/782269381](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/782269381)

---

Igor Ribeiro Ferraz<sup>1</sup>

Elias Josue Hernandez Zolano<sup>2</sup>

Samuel Felipe Weirich<sup>3</sup>

Wilson João Zonin<sup>4</sup>

Nardel Luiz Soares da Silva<sup>5</sup>

Marcela Abbado Neres<sup>6</sup>

---

## **RESUMO**

Este artigo analisa a trajetória histórica do Assentamento Olga Benário, localizado no município de Santa Tereza do Oeste, Paraná, desde sua constituição como acampamento vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) até sua consolidação como comunidade produtiva e socialmente organizada. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental, complementada por dados institucionais, com o objetivo de compreender os principais marcos históricos, políticos, sociais e econômicos que caracterizam essa experiência de reforma agrária. São discutidos aspectos relacionados à luta pela terra, à organização social das famílias assentadas, às transformações produtivas, ao acesso às políticas públicas e aos desafios para a permanência no meio rural. Os resultados evidenciam que o assentamento se consolidou como um importante espaço de produção agrícola, geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento rural local e para a construção de estratégias de sustentabilidade econômica e social. Desse modo, o estudo demonstra que a reforma agrária, quando articulada a políticas públicas e à organização coletiva, pode promover inclusão social, melhoria das condições de vida e dinamização dos territórios rurais.

**Palavras-chave:** Assentamento; Desenvolvimento Rural Sustentável; História; Reforma Agrária; Santa Tereza do Oeste.

## **ABSTRACT**

This article analyzes the historical trajectory of the Olga Benário Settlement, located in the municipality of Santa Tereza do Oeste, Paraná, from its constitution as a camp linked to the Landless Rural Workers Movement (MST) to its consolidation as a productive and socially organized community. The research is based on

bibliographic and documentary review, complemented by institutional data, with the objective of understanding the main historical, political, social and economic milestones that characterize this agrarian reform experience. Aspects related to the struggle for land, the social organization of the settled families, productive transformations, access to public policies and the challenges for remaining in rural areas are discussed. The results show that the settlement has consolidated itself as an important space for agricultural production, income generation and strengthening of family farming, contributing to local rural development and the construction of strategies for economic and social sustainability. Thus, the study demonstrates that agrarian reform, when articulated with public policies and collective organization, can promote social inclusion, improvement of living conditions and revitalization of rural territories.

**Keywords:** Settlement; Sustainable Rural Development; History; Agrarian Reform; Santa Tereza do Oeste.

## 1. INTRODUÇÃO

A questão agrária permanece como um tema central e ainda não plenamente resolvido no Brasil, tanto no campo político quanto no acadêmico. Embora diferentes modelos de reforma agrária tenham sido discutidos ao longo da história, a experiência brasileira concentrou-se predominantemente na criação de assentamentos rurais, sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990. Paralelamente, a agricultura familiar enfrenta desafios relacionados à sucessão geracional, caracterizados pelo envelhecimento da população rural, pela masculinização do campo e pelo reduzido interesse das novas gerações em permanecer nas atividades agrícolas (Trento; Plein, 2021).

Nesse contexto, a luta pela terra consolidou-se como uma das principais reivindicações dos trabalhadores rurais ao longo do século XX, encontrando no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em 1984, um dos seus mais importantes agentes de mobilização social e política. Por meio de ocupações, acampamentos e processos de negociação com o Estado, o movimento passou a desempenhar papel relevante na implementação de assentamentos rurais em diferentes regiões do país. Além disso, os desafios da questão agrária extrapolam o acesso à terra, abrangendo também a permanência das famílias no meio rural, uma vez que a agricultura familiar enfrenta problemas relacionados à sucessão geracional, ao envelhecimento da população rural e à redução do interesse dos jovens em dar continuidade às atividades agrícolas (Mattei, 2017).

Entre os desafios contemporâneos do desenvolvimento rural destaca-se a sucessão geracional na agricultura familiar. Desde a segunda metade do século XX, a modernização da agricultura brasileira e a intensificação dos fluxos migratórios do campo para a cidade vêm alterando significativamente a dinâmica demográfica das áreas rurais, contribuindo para o envelhecimento da população agrícola e dificultando a permanência dos jovens nas atividades produtivas. Nesse contexto, a sucessão rural passou a ocupar posição central nos debates acadêmicos e nas políticas voltadas à sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais (Scherer et al., 2026).

A reforma agrária, definida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) como o conjunto de medidas destinadas a promover uma distribuição mais equitativa da terra mediante alterações no regime de posse e uso, constitui um instrumento voltado à promoção da

justiça social, ao fortalecimento do desenvolvimento rural e à ampliação das oportunidades produtivas no campo (AIO, 2018). No ordenamento jurídico brasileiro, sua execução está vinculada ao princípio constitucional da função social da propriedade, sendo operacionalizada principalmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Entretanto, conforme observa Cabral (2023), a efetivação dessa política tem sido historicamente marcada por disputas políticas e institucionais, o que condiciona a criação de assentamentos à pressão exercida pelos movimentos sociais organizados.

O debate acerca da reforma agrária permanece presente na literatura acadêmica e nas agendas de políticas públicas. Enquanto uma vertente destaca seu potencial para reduzir desigualdades sociais, ampliar o acesso aos meios de produção e dinamizar economias locais, outra questiona sua centralidade diante das transformações recentes do espaço agrário brasileiro (Mattei, 2017). Apesar dessas divergências, diversos estudos evidenciam a relevância dos assentamentos rurais para a produção de alimentos, a geração de trabalho e renda, a reprodução social da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar (Carvalho et al., 2009; Costa, 2024).

Além do acesso à terra, a consolidação dos assentamentos depende da articulação com políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Nesse sentido, programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desempenham papel estratégico ao ampliar as possibilidades de comercialização da produção, garantir mercados institucionais e contribuir para a permanência das famílias no meio rural. Tais iniciativas favorecem a geração de renda,

estimulam a diversificação produtiva e fortalecem os circuitos econômicos locais (Ramos; Borges, 2021; De Correia, 2023).

No Oeste do Paraná, região marcada pela expansão da agricultura empresarial e por intensos processos de disputa territorial, os assentamentos rurais constituem experiências relevantes para a compreensão das transformações agrárias ocorridas nas últimas décadas. Entre essas experiências destaca-se o Assentamento Olga Benário, localizado no município de Santa Tereza do Oeste, cuja trajetória expressa as dinâmicas de mobilização social, conquista da terra e construção de estratégias de reprodução econômica e social por parte das famílias assentadas.

Embora existam estudos sobre a reforma agrária e sobre a atuação do MST no Brasil, ainda são relativamente escassas as análises que articulam a reconstrução histórica dos processos de formação dos assentamentos com a avaliação de seus desdobramentos socioeconômicos em escala local. Diante dessa lacuna, este artigo tem como objetivo analisar a trajetória histórica do Assentamento Olga Benário, desde sua constituição como acampamento até sua consolidação como comunidade rural organizada e produtiva. Para tanto, examinam-se os principais marcos históricos de sua formação, as transformações produtivas ocorridas ao longo do tempo, o acesso às políticas públicas e os impactos socioeconômicos decorrentes da implantação do assentamento. Ao abordar essa experiência, o estudo busca contribuir para o debate sobre os limites, desafios e potencialidades da reforma agrária como estratégia de desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo.

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória histórica e os desdobramentos socioeconômicos do Assentamento Olga Benário,

localizado no município de Santa Tereza do Oeste, Paraná, desde sua constituição como ocupação vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) até sua consolidação como território de produção e reprodução social da agricultura familiar. Busca-se compreender os processos de organização social das famílias assentadas, as transformações produtivas ocorridas ao longo do tempo, os desafios enfrentados para a permanência no meio rural e o papel das políticas públicas na estruturação das atividades econômicas e das condições de vida da comunidade. Ao analisar essa experiência, o estudo pretende contribuir para a compreensão das potencialidades e dos limites da reforma agrária como estratégia de desenvolvimento rural e inclusão social no contexto brasileiro contemporâneo.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. O Assentamento Como Espaço de Transformação**

Os assentamentos rurais constituem uma das principais estratégias de operacionalização da política de reforma agrária no Brasil. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2024), os assentamentos são formados por unidades produtivas destinadas a famílias de agricultores e trabalhadores rurais, com o objetivo de garantir o acesso à terra e criar condições para a reprodução social e econômica dessas populações por meio do desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Historicamente, a constituição dos assentamentos rurais está associada às lutas sociais pela democratização do acesso à terra e ao enfrentamento da concentração fundiária, característica marcante da estrutura agrária brasileira. Nesse contexto, a implementação de

assentamentos busca não apenas promover a redistribuição de terras, mas também criar condições para a geração de trabalho, renda e inclusão social no meio rural. Embora frequentemente resultem da desapropriação de imóveis considerados improdutivos, os projetos de assentamento podem ser constituídos por diferentes mecanismos de obtenção de terras, incluindo a compra, a incorporação e outras modalidades previstas na legislação agrária (FERNANDES, 2010).

Para além de sua dimensão fundiária, os assentamentos configuram-se como espaços de construção territorial, nos quais se desenvolvem novas formas de organização social, econômica e política. Conforme destaca Fernandes (2010), a expansão do agronegócio, a permanência da concentração fundiária e a crescente internacionalização do controle sobre as terras agrícolas impõem novos desafios à reforma agrária, exigindo uma compreensão mais ampla de seus objetivos e de seus impactos sobre os territórios rurais.

Conforme argumentam Boufleuher et al. (2026), a gestão sustentável de recursos comuns depende da construção de regras coletivas, mecanismos de acompanhamento e responsabilidades compartilhadas entre os atores envolvidos. Essa abordagem é particularmente relevante para a análise dos assentamentos da reforma agrária, onde a gestão de infraestruturas comunitárias, recursos naturais e iniciativas produtivas coletivas exige elevados níveis de cooperação e participação social. Nesses territórios, a ação coletiva constitui um elemento central para fortalecer a autonomia das famílias assentadas, promover o desenvolvimento rural sustentável e assegurar a reprodução social da agricultura familiar.

A implantação de um assentamento implica profundas transformações na dinâmica das famílias beneficiárias, que passam a construir novas relações de trabalho, sociabilidade e organização comunitária. Nesse processo, emergem espaços coletivos de participação e mecanismos de gestão que podem fortalecer os vínculos sociais estabelecidos durante a luta pela terra ou, em determinadas circunstâncias, reconfigurá-los diante das exigências da produção e da permanência no território (LEITE et al., 2004). Assim, a consolidação dos assentamentos depende não apenas do acesso à terra, mas também da capacidade de organização das famílias em torno das atividades produtivas, da gestão dos recursos naturais e da tomada coletiva de decisões, elementos fundamentais para a sustentabilidade econômica e social desses territórios (MIRANDA, 2011).

## **2.2. O Assentamento da Reforma Agrária e o Acesso a Políticas Públicas**

A reforma agrária constitui uma das principais políticas públicas voltadas à democratização do acesso à terra no Brasil, estando historicamente associada ao enfrentamento da concentração fundiária e das desigualdades socioeconômicas presentes no meio rural. Nesse sentido, seu objetivo transcende a simples redistribuição de terras, abrangendo a criação de condições para a reprodução social e econômica das famílias beneficiárias, bem como a promoção do desenvolvimento rural e da agricultura familiar (Navarro, 2000).

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a implementação da reforma agrária envolve um conjunto de ações destinadas à estruturação dos assentamentos

rurais, incluindo a oferta de infraestrutura, assistência técnica, crédito, habitação e mecanismos de apoio à produção e à comercialização. Dessa forma, a política busca criar condições para a permanência das famílias no campo e para a consolidação de sistemas produtivos capazes de gerar trabalho e renda (Incra, 2025).

Sob uma perspectiva crítica, Fernandes (2010) argumenta que a reforma agrária não deve ser compreendida apenas como uma política de redistribuição fundiária, mas como um processo político e territorial marcado por disputas entre diferentes projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro. Nessa interpretação, os assentamentos rurais configuram-se como espaços de reorganização social, econômica e territorial, nos quais se constroem novas formas de produção, trabalho e pertencimento ao território.

Complementarmente, Fernandes (1999) destaca que a luta pela terra desenvolvida pelos movimentos socioterritoriais, em especial pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assume também uma dimensão formativa e organizativa, uma vez que promove processos de participação coletiva, fortalecimento da identidade camponesa e ampliação do exercício da cidadania. Assim, a reforma agrária pode ser analisada não apenas por seus efeitos sobre a estrutura fundiária, mas também por sua capacidade de produzir transformações sociais, econômicas e territoriais nos espaços rurais.

As políticas públicas desempenham papel central na estruturação e consolidação dos assentamentos rurais, uma vez que o acesso à terra, por si só, não garante a reprodução social e econômica das famílias beneficiárias da reforma agrária. Nesse sentido, a ação do Estado torna-se fundamental para viabilizar condições de produção,

comercialização e acesso a direitos sociais, contribuindo para a permanência das famílias no meio rural e para o fortalecimento da agricultura familiar (Grisa; Schneider, 2014).

A literatura sobre desenvolvimento rural destaca que a efetividade dos assentamentos está diretamente relacionada à existência de políticas públicas capazes de promover inclusão produtiva, geração de renda e melhoria das condições de vida das populações rurais. Além da infraestrutura básica e da assistência técnica, programas voltados ao financiamento da produção e à criação de mercados institucionais têm desempenhado papel estratégico na consolidação econômica dos assentamentos e na ampliação de sua capacidade produtiva (Navarro, 2000).

Nesse contexto, destacam-se iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que amplia o acesso ao crédito rural, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que possibilitam a comercialização da produção agrícola por meio de mercados institucionais. Ao assegurar canais estáveis de escoamento da produção e estimular a diversificação produtiva, tais políticas contribuem para a geração de renda, o fortalecimento das organizações locais e a promoção do desenvolvimento rural em bases mais sustentáveis (Fernandes, 2010; Grisa; Schneider, 2014).

Sob essa perspectiva, as políticas públicas podem ser compreendidas como elementos estruturantes dos processos de territorialização da reforma agrária, na medida em que influenciam diretamente as condições de permanência das famílias assentadas, a dinâmica produtiva dos territórios e as possibilidades de

construção de estratégias de desenvolvimento rural socialmente inclusivas.

### **2.3. Sustentabilidade no Campo**

A sustentabilidade constitui um conceito central nos debates contemporâneos sobre desenvolvimento rural, envolvendo a busca por formas de produção capazes de conciliar viabilidade econômica, justiça social e conservação ambiental. A partir do Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a sustentabilidade passou a ser compreendida como a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Nesse contexto, a sustentabilidade tem se consolidado como um conceito orientador das discussões sobre desenvolvimento rural, sendo compreendida como a capacidade de promover o atendimento das necessidades presentes sem comprometer as possibilidades de reprodução social, econômica e ambiental das gerações futuras. No contexto rural, essa perspectiva envolve a adoção de práticas produtivas compatíveis com a conservação dos recursos naturais, o uso racional dos ecossistemas e a valorização da biodiversidade, buscando conciliar produção agrícola e preservação ambiental (Miranda, 2011).

No âmbito dos assentamentos da reforma agrária, entretanto, a sustentabilidade assume caráter multidimensional, abrangendo não apenas aspectos ecológicos, mas também dimensões econômicas, sociais e culturais. A permanência das famílias assentadas no campo depende da capacidade de construir sistemas produtivos

economicamente viáveis, socialmente inclusivos e ambientalmente responsáveis, capazes de assegurar geração de renda, segurança alimentar e melhoria das condições de vida. Nesse sentido, estratégias como a diversificação produtiva, a agroecologia, a organização coletiva da produção e o fortalecimento dos circuitos locais de comercialização têm sido apontadas como elementos fundamentais para a consolidação de modelos sustentáveis de desenvolvimento rural (Medeiros; Leite, 2004).

No contexto da agricultura familiar e dos assentamentos rurais, a sustentabilidade assume uma dimensão multidimensional, abrangendo não apenas a preservação dos recursos naturais, mas também a geração de renda, a segurança alimentar, a inclusão social e o fortalecimento das comunidades locais. Dessa forma, a consolidação dos assentamentos depende da construção de sistemas produtivos que promovam equilíbrio entre produção, conservação ambiental e melhoria das condições de vida das famílias assentadas (Caporal; Costabeber, 2004).

Segundo Altieri (2012), existem pelo menos cinco razões fundamentais para apoiar a revitalização da agricultura familiar camponesa. Em primeiro lugar, as pequenas propriedades rurais desempenham papel estratégico na promoção da segurança alimentar mundial, uma vez que são responsáveis por parcela significativa da produção de alimentos consumidos localmente. Em segundo lugar, tendem a apresentar maior produtividade por unidade de área e melhor conservação dos recursos naturais quando comparadas aos sistemas agrícolas baseados em grandes monoculturas. Em terceiro lugar, os sistemas produtivos diversificados característicos da agricultura familiar constituem importantes referências de sustentabilidade, combinando produção

de alimentos, conservação ambiental e resiliência econômica. Em quarto lugar, as pequenas propriedades rurais representam espaços privilegiados para a conservação da agrobiodiversidade e dos recursos genéticos agrícolas, contribuindo para a preservação de variedades crioulas e reduzindo a dependência de organismos geneticamente modificados (OGMs). Por fim, o autor destaca que sistemas agrícolas diversificados e de base agroecológica possuem maior potencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, favorecendo o sequestro de carbono, a conservação dos solos e a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

A literatura sobre desenvolvimento rural destaca que práticas fundamentadas na diversificação produtiva, na agroecologia, no uso racional dos recursos naturais e na organização coletiva contribuem para aumentar a resiliência dos estabelecimentos rurais e reduzir sua vulnerabilidade econômica e ambiental. Nesse sentido, a sustentabilidade ultrapassa a dimensão ecológica e passa a ser compreendida como um processo integrado de desenvolvimento territorial, capaz de fortalecer a autonomia dos agricultores e ampliar sua capacidade de permanência no campo (Sachs, 2008).

Conforme destacam Richart et al. (2026), a sustentabilidade dos estabelecimentos rurais está diretamente relacionada à capacidade de enfrentar desafios estruturais, como a sucessão geracional, a viabilidade econômica das atividades produtivas e a ampliação das oportunidades de inserção em mercados. Tais fatores são particularmente relevantes para a agricultura familiar e para os assentamentos da reforma agrária, uma vez que influenciam a permanência das famílias no campo e a continuidade dos processos produtivos. Nesse contexto, políticas públicas, assistência técnica e estratégias de fortalecimento organizacional desempenham papel

fundamental na promoção do desenvolvimento rural sustentável, contribuindo para a geração de renda, a reprodução social das famílias e a consolidação de territórios rurais mais resilientes e inclusivos.

Sob essa perspectiva, os assentamentos da reforma agrária podem constituir espaços estratégicos para a construção de modelos de desenvolvimento rural sustentáveis, especialmente quando articulados a políticas públicas de crédito, assistência técnica, comercialização e educação. A efetividade dessas políticas contribui para a estruturação de sistemas produtivos capazes de gerar renda, promover inclusão social e assegurar condições de permanência das famílias no campo.

Nesse contexto, a sustentabilidade não se restringe à dimensão ambiental, mas abrange também processos de autonomia econômica, fortalecimento das relações comunitárias e valorização dos saberes locais. Dessa forma, a combinação entre organização social, apoio institucional e práticas produtivas sustentáveis favorece a reprodução social das famílias assentadas e contribui para o desenvolvimento dos territórios rurais em bases economicamente viáveis, socialmente inclusivas e ambientalmente responsáveis.

#### **2.4. Identidade Coletiva, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**

A compreensão dos assentamentos rurais demanda uma abordagem que articule dimensões sociais, produtivas, ambientais e territoriais. Nesse contexto, a identidade coletiva constitui um elemento central para a organização e a reprodução social das famílias assentadas, sendo construída a partir de experiências

compartilhadas de luta pela terra, convivência comunitária e resistência às adversidades enfrentadas no meio rural (Fernandes, 1999).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desempenha papel relevante nesse processo ao promover valores associados à solidariedade, à cooperação e à defesa dos direitos sociais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a memória coletiva por meio de símbolos, práticas e referências históricas, como a denominação dos assentamentos (Pereira, 2015).

Associada a essa dimensão sociopolítica, a agroecologia emerge como um paradigma científico e político voltado à construção de sistemas produtivos sustentáveis, capazes de integrar conhecimentos tradicionais, inovação técnica e justiça social (Zonin, 2012). A transição agroecológica, por sua vez, constitui um processo dinâmico e multidimensional, influenciado por fatores técnicos, econômicos, culturais e institucionais, que se manifesta de forma heterogênea nos territórios rurais, assumindo diferentes estágios e modalidades conforme as condições locais, o acesso a políticas públicas e os níveis de organização comunitária (Zonin, 2007).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural sustentável exige uma ética do cuidado que reconheça a interdependência entre sociedade e natureza, incorporando princípios de preservação ambiental, cooperação social e valorização da vida coletiva (Zonin et al., 2017). Tal compreensão demanda abordagens interdisciplinares capazes de analisar as múltiplas relações entre produção de alimentos, recursos naturais, inclusão produtiva e saberes locais, especialmente em territórios marcados por desigualdades

históricas, como os assentamentos da reforma agrária (Zonin; Neukirchen, 2020).

Além disso, o fortalecimento da sustentabilidade territorial depende do protagonismo dos sujeitos locais e da atuação articulada de instituições de ensino, pesquisa e extensão, que contribuem para a formação de capacidades, a difusão de inovações sociais e tecnológicas e o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento autônomo (Zonin, 2023a). Nesse sentido, experiências de extensão universitária e pesquisa aplicada têm desempenhado papel relevante na promoção da agroecologia, na qualificação dos processos produtivos e na articulação das comunidades assentadas com políticas públicas, contribuindo para a consolidação de modelos de desenvolvimento rural socialmente inclusivos, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis (Zonin et al., 2023b).

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir da combinação de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender os processos históricos, sociais e produtivos relacionados à constituição e ao desenvolvimento do Assentamento Olga Benário, localizado no município de Santa Tereza do Oeste, Paraná.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da consulta a artigos científicos, dissertações, teses e obras de referência relacionadas à questão agrária, reforma agrária, agricultura familiar,

desenvolvimento rural sustentável, agroecologia e movimentos sociais no campo. Complementarmente, a pesquisa documental envolveu a análise de documentos institucionais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por outras fontes oficiais relacionadas à temática. A seleção das fontes considerou sua relevância para os objetivos do estudo, priorizando trabalhos com reconhecimento acadêmico e contribuições para a compreensão da realidade regional e nacional da reforma agrária.

A etapa empírica da pesquisa foi realizada no âmbito da disciplina de Extensão Inovadora e Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), durante atividade de campo desenvolvida em abril de 2025 no Assentamento Olga Benário. A coleta de dados ocorreu por meio de observação direta e da realização de entrevista semiestruturada com um morador do assentamento, selecionado intencionalmente em razão de seu conhecimento sobre a trajetória histórica, a organização social e as dinâmicas produtivas da comunidade.

O roteiro da entrevista foi composto predominantemente por questões abertas, permitindo ao entrevistado discorrer livremente sobre os temas abordados. Para fins de organização e análise, as questões foram agrupadas em cinco eixos temáticos: (i) histórico de formação do assentamento; (ii) condições de vida e produção; (iii) organização comunitária e relações sociais; (iv) acesso a políticas públicas e apoio institucional; e (v) perspectivas para o futuro do assentamento. A utilização desses eixos possibilitou a sistematização das informações coletadas e sua articulação com o referencial teórico adotado.

Os dados obtidos foram analisados por meio de análise de conteúdo de caráter temático, buscando identificar elementos relacionados à trajetória histórica do assentamento, às estratégias de reprodução social das famílias, aos processos de organização comunitária e aos impactos das políticas públicas sobre o desenvolvimento local. A triangulação entre dados bibliográficos, documentais e empíricos permitiu ampliar a compreensão do objeto investigado e conferir maior consistência analítica aos resultados apresentados.

**Tabela 1: Entrevistas no Assentamento Olga Benário, Santa Tereza do Oeste – PR (abril de 2025)**

Perguntas	Respostas
<b>O assentamento e sua história</b>	
1. Como foi o processo de criação do assentamento?	O espaço correspondia a uma área pública pertencente a uma agência de telecomunicações que se encontrava em desuso. Não houve disputa pela área.
2. Quais foram os maiores desafios enfrentados pelas famílias no início do assentamento e como foram superados?	Os principais desafios envolveram a estruturação dos lotes, o acesso ao crédito e o reconhecimento da comunidade.
3. Por que o assentamento foi nomeado em homenagem a Olga Benário? Qual é o significado desse nome para a comunidade?	Na época da escolha do nome havia sido lançado um filme sobre a trajetória de Olga Benário. O nome é considerado emblemático, especialmente porque atualmente a liderança da agroindústria é exercida por mulheres.
<b>A vida no assentamento</b>	

<p>4. Como a comunidade se organiza atualmente para a produção agrícola e o sustento das famílias?</p>	<p>Os lotes são pequenos. Alguns são destinados à fruticultura, mas a maioria produz grãos. A agroindústria e atividades desenvolvidas fora do assentamento complementam a renda das famílias.</p>
<p>5. Quais os principais produtos cultivados no assentamento? Existem práticas agrícolas sustentáveis sendo adotadas?</p>	<p>Os principais produtos são panificados produzidos pela agroindústria, grãos e hortaliças. A produção de frutas é realizada em sistema agroflorestal.</p>
<p>6. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos assentados no dia a dia, tanto no campo quanto em relação à infraestrutura e serviços públicos?</p>	<p>Há carência de políticas públicas voltadas à viabilização produtiva dos lotes, falta de equipamentos e problemas relacionados à infraestrutura, como estradas não asfaltadas.</p>
<p>7. Como as famílias do assentamento lidam com questões como educação e saúde? Existe alguma parceria com o município ou outras entidades para esses serviços?</p>	<p>Devido à proximidade com a área urbana, os serviços de educação e saúde são acessados fora da comunidade.</p>
<p><b>Comunidade e organização social</b></p>	
<p>8. Como a liderança do assentamento é estruturada? Existe uma forma de organização comunitária, como cooperativas ou associações?</p>	<p>A comunidade possui associação e cooperativa para organização das atividades coletivas.</p>
<p>9. Quais são as principais demandas da comunidade atualmente?</p>	<p>A principal demanda refere-se à gestão e ao fortalecimento da estrutura coletiva da agroindústria.</p>
<p>10. Como é feita a integração entre as diferentes famílias e a solidariedade no assentamento?</p>	<p>As famílias se organizam em torno de pautas coletivas relacionadas ao abastecimento de água, energia elétrica e funcionamento da agroindústria.</p>

11. Quais os principais mecanismos de apoio ou cooperação com outros assentamentos ou movimentos sociais da região?	O principal mecanismo de apoio ocorre por meio da organização social do MST.
<b>Políticas públicas e apoio institucional</b>	
12. Como o assentamento tem sido afetado pelas políticas públicas de reforma agrária no Brasil? Há apoio contínuo do governo, tanto estadual quanto federal?	Existe preocupação com a venda de lotes dentro do assentamento. Quanto ao apoio governamental, percebe-se morosidade por parte do INCRA.
13. Que tipos de apoio são mais necessários para o desenvolvimento do assentamento?	São necessárias políticas públicas voltadas à produção e à comercialização dos produtos.
14. Qual a importância da reforma agrária no Brasil e quais os desafios para seu avanço?	A reforma agrária é considerada necessária, mas demanda maior estruturação e articulação coletiva.
<b>Perspectivas de futuro</b>	
15. Como vocês veem o futuro do assentamento nos próximos anos? Quais são os principais objetivos para a comunidade?	Assim como ocorre na agricultura familiar em geral, é necessário desenvolver estratégias voltadas à sucessão familiar e à permanência das novas gerações no campo.

**Fonte:** Elaborado pelos Autores (2026) com base nas entrevistas feitas em abril de 2025.

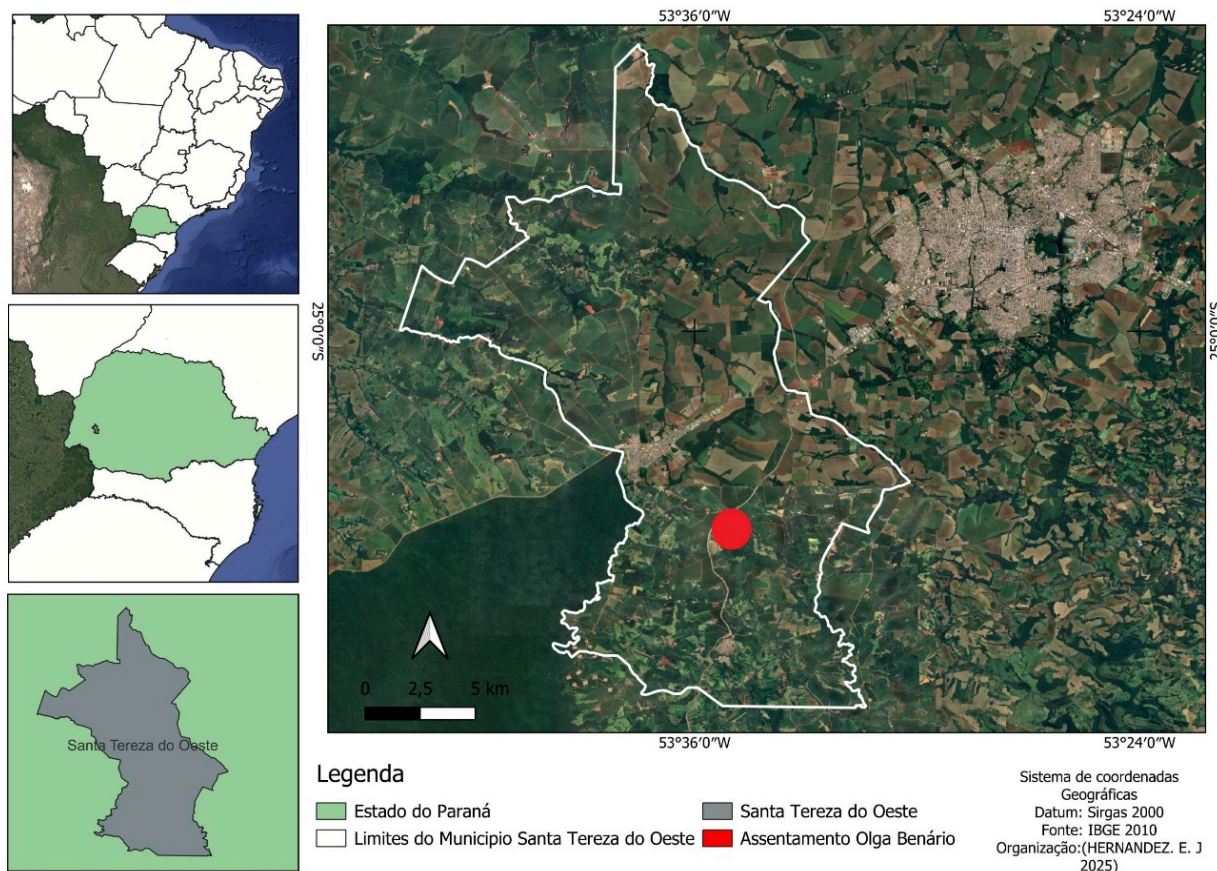
A análise dos dados foi estruturada em dois eixos complementares. O primeiro contempla a reconstrução da trajetória histórica do Assentamento Olga Benário, abordando seu processo de constituição, os fatores que marcaram sua formação, suas características organizacionais e a configuração das famílias

assentadas. O segundo eixo concentra-se nos desdobramentos socioeconômicos observados ao longo de sua consolidação, contemplando aspectos relacionados aos sistemas produtivos, às estratégias de comercialização, à organização comunitária, à inserção em políticas públicas, à segurança alimentar e aos principais desafios enfrentados pelas famílias assentadas. A partir da articulação entre os dados empíricos, documentais e bibliográficos, buscou-se compreender como a experiência do assentamento expressa os limites e as potencialidades da reforma agrária enquanto estratégia de desenvolvimento rural sustentável, respondendo aos objetivos propostos pela pesquisa.

#### **4. A REFORMA AGRÁRIA NO OESTE PARANAENSE: HISTÓRIA E SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO DO MST EM SANTA TEREZA DO OESTE.**

A trajetória do Assentamento Olga Benário está diretamente relacionada aos processos de luta pela terra conduzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Oeste do Paraná, constituindo uma experiência representativa das dinâmicas contemporâneas da reforma agrária brasileira. Localizado no município de Santa Tereza do Oeste, cuja economia possui forte vínculo com as atividades agropecuárias, especialmente a produção de grãos e a pecuária, o assentamento insere-se em uma região historicamente marcada pela concentração fundiária e pela expansão do agronegócio (Ipardes, 2025).

**Figura 1: Localização do Assentamento Olga Benário – Santa Tereza do Oeste, Paraná.**



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em IBGE (2022).

Além de sua inserção em uma importante região agrícola, o assentamento encontra-se próximo ao Parque Nacional do Iguaçu, uma das principais unidades de conservação do país. Essa condição territorial impõe desafios e responsabilidades relacionados à gestão ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais, influenciando diretamente as estratégias produtivas adotadas pelas famílias assentadas.

Os dados obtidos durante a pesquisa evidenciam que a constituição do assentamento resultou de um processo de mobilização social articulado pelo MST, envolvendo disputas territoriais, negociações institucionais e resistência coletiva. Segundo relato do entrevistado, a área atualmente ocupada pelo assentamento correspondia a um patrimônio público anteriormente vinculado a uma agência de telecomunicações que se encontrava sem utilização. Contudo, a trajetória histórica da comunidade está associada ao contexto mais

amplo das mobilizações pela reforma agrária ocorridas na região durante os primeiros anos da década de 2000.

Nesse período, famílias vinculadas ao MST participaram de ocupações de áreas destinadas à pesquisa agrícola, em um contexto marcado pela expansão do agronegócio e pela crescente utilização de organismos geneticamente modificados. Conforme relatado, o processo foi acompanhado por conflitos envolvendo diferentes atores sociais e políticos, refletindo as disputas que historicamente caracterizam a implementação da reforma agrária no Brasil. Episódios de violência registrados durante esse período permaneceram na memória coletiva da comunidade e constituem elementos centrais da identidade social construída pelas famílias assentadas.

A consolidação do assentamento ocorreu a partir da intervenção do poder público e da atuação de órgãos responsáveis pela política de reforma agrária. Nesse processo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desempenhou papel fundamental na regularização fundiária e na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), instrumento responsável pela definição das condições de ocupação e uso da área. Em 2007, as famílias passaram a ocupar oficialmente seus lotes e iniciaram a estruturação das unidades produtivas, das moradias e dos espaços comunitários.

Atualmente, o Assentamento Olga Benário é composto por 11 famílias distribuídas em lotes com aproximadamente 5,5 hectares. Além das áreas produtivas, o território contempla espaços de uso coletivo, áreas de preservação permanente, reserva legal e infraestrutura comunitária. Conforme previsto na legislação da

reforma agrária, as terras permanecem sob domínio da União, sendo concedidas para uso das famílias assentadas, o que reforça a função social do território e limita sua inserção em processos de mercantilização fundiária.

A escolha do nome "Olga Benário" revela a dimensão simbólica presente na construção da identidade coletiva da comunidade. De acordo com o entrevistado, a denominação foi inspirada na trajetória da militante comunista Olga Benário Prestes, associando o assentamento a valores de resistência, luta social e protagonismo feminino. Tal aspecto reforça a interpretação de Fernandes (1999), segundo a qual os assentamentos da reforma agrária constituem não apenas espaços de produção, mas também territórios de construção de identidades, memórias e pertencimentos coletivos.

A análise dos dados demonstra que, desde sua constituição, o assentamento vem buscando consolidar estratégias produtivas compatíveis com os princípios da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável. A estruturação das unidades produtivas foi acompanhada pelo acesso gradual a políticas públicas de crédito e apoio à produção, incluindo programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses instrumentos contribuíram para a diversificação produtiva, a geração de renda e o fortalecimento das condições de permanência das famílias no campo, evidenciando a importância das políticas públicas para a consolidação dos assentamentos rurais.

#### **4.1. O Assentamento Olga Benário em Santa Tereza do Oeste (PR): Desdobramentos Socioeconômicos e os Desafios da**

## **Sustentabilidade Rural**

Os resultados da pesquisa evidenciam que o Assentamento Olga Benário apresenta uma trajetória marcada pela consolidação de estratégias produtivas diversificadas, pela organização coletiva e pela inserção em políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Tais elementos têm contribuído para a geração de trabalho e renda, bem como para a permanência das famílias no meio rural, configurando um processo de desenvolvimento territorial associado aos princípios da reforma agrária e da sustentabilidade.

A estrutura organizacional da comunidade é constituída por mecanismos coletivos de gestão, representados por associação e cooperativa, responsáveis pela coordenação de interesses comuns e pela comercialização da produção. Além disso, o assentamento participa de redes de agroecologia e economia solidária, como a Rede Ecovida e o Armazém do Campo, ampliando suas possibilidades de inserção em mercados diferenciados. Essa articulação institucional fortalece o acesso das famílias a políticas públicas, assistência técnica, crédito rural e canais de comercialização, fatores considerados essenciais para a consolidação socioeconômica dos assentamentos rurais.

Entre os aspectos observados durante a pesquisa de campo, destaca-se o protagonismo das mulheres nos processos produtivos e organizacionais. Conforme relatado pelo entrevistado, a gestão da agroindústria local é conduzida majoritariamente por mulheres, que atuam na produção de panificados, derivados de mandioca e outros alimentos processados. Sua participação estende-se também às atividades de comercialização, administração e organização

comunitária, contribuindo para a diversificação das fontes de renda e para o fortalecimento da autonomia econômica das famílias.

O protagonismo feminino identificado no Assentamento Olga Benário corrobora os resultados apresentados por Richart et al. (2026), que destacam a participação das mulheres como um elemento relevante para a sustentabilidade dos sistemas produtivos rurais. No assentamento, a atuação feminina na agroindústria, na comercialização e nos processos de gestão coletiva tem contribuído para a diversificação produtiva, a agregação de valor à produção e o fortalecimento da organização comunitária. Esses aspectos evidenciam a importância das mulheres na dinamização das atividades econômicas e na construção de estratégias de desenvolvimento territorial. Entretanto, a continuidade desses avanços depende do enfrentamento de desafios relacionados à sucessão geracional, à ampliação dos canais de comercialização e ao fortalecimento das redes de cooperação existentes. Nesse contexto, políticas públicas voltadas à promoção da autonomia econômica, da capacitação e da participação das mulheres rurais podem desempenhar papel estratégico na consolidação de processos de desenvolvimento rural mais inclusivos e sustentáveis.

A base econômica do assentamento caracteriza-se pela diversificação produtiva. As famílias desenvolvem atividades relacionadas à produção de hortaliças, frutas, mandioca, leite, ovos e grãos, especialmente milho, feijão e trigo. Paralelamente, a agroindústria local agrega valor à produção primária, ampliando as oportunidades de geração de renda e inserção mercadológica. A comercialização ocorre por meio de diferentes canais, incluindo mercados institucionais e circuitos curtos de comercialização.

Nesse contexto, os contratos estabelecidos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) assumem papel estratégico, permitindo o fornecimento regular de alimentos para escolas e entidades socioassistenciais. Segundo informações obtidas na pesquisa, a cooperativa movimenta aproximadamente cinco toneladas semanais de alimentos destinados aos mercados institucionais.

A adoção de práticas agroecológicas também se destaca como um dos elementos centrais da dinâmica produtiva local. Embora a transição agroecológica ainda ocorra de forma heterogênea entre as famílias, observam-se avanços relacionados à redução do uso de insumos químicos, à implantação de sistemas agroflorestais e à adoção de tecnologias apropriadas de baixo custo, como galinheiros móveis e práticas de conservação do solo e da água. Atualmente, três famílias possuem certificação orgânica, enquanto outras se encontram em processo de certificação, demonstrando o fortalecimento gradual de estratégias produtivas orientadas pela sustentabilidade ambiental.

A adoção de sistemas agroflorestais representa uma das principais estratégias de transição agroecológica observadas no assentamento, combinando produção de alimentos, conservação ambiental e diversificação produtiva. A Figura 2 ilustra uma área manejada sob esse sistema, juntamente com um galinheiro móvel utilizado nas atividades produtivas da comunidade.

**Figura 2: Sistema agroflorestal e galinheiro móvel no Assentamento Olga Benário.**



**Fonte:** Arquivo dos autores (2025).

Apesar dos avanços observados, a pesquisa identificou desafios que limitam a ampliação das capacidades produtivas e organizacionais do assentamento. Entre eles destacam-se as dificuldades de acesso a infraestrutura adequada para a produção, especialmente sistemas de irrigação, estufas e equipamentos agrícolas, bem como entraves burocráticos relacionados à operacionalização de políticas públicas. Também foram mencionadas preocupações relacionadas à sucessão geracional, à permanência dos jovens no campo e à manutenção das estruturas coletivas construídas ao longo da trajetória da comunidade.

A inserção do assentamento em políticas públicas e programas de apoio institucional tem contribuído significativamente para esse processo. Além da participação no PAA e no PNAE, a comunidade mantém parcerias com instituições como o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), a Itaipu Binacional e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Entre as iniciativas desenvolvidas destaca-se o projeto VITÓRIAS (Vitrines Tecnológicas para Agroecologia e Sustentabilidade), voltado à disseminação de práticas agroecológicas, capacitação técnica e fortalecimento da agricultura familiar.

Os dados obtidos evidenciam que, apesar dos avanços alcançados pelo Assentamento Olga Benário em termos de organização produtiva e inserção em mercados institucionais, permanecem desafios relacionados à sucessão geracional, à ampliação da capacidade produtiva e ao fortalecimento das estratégias de comercialização. O entrevistado destacou a necessidade de desenvolver ações voltadas à permanência das novas gerações no campo, aspecto considerado fundamental para a continuidade das atividades produtivas e da própria comunidade. Esses resultados convergem com as observações de Richart et al. (2026), segundo os quais a sustentabilidade dos estabelecimentos rurais depende da capacidade de enfrentar desafios associados à sucessão familiar, à viabilidade econômica da produção e à inserção qualificada nos mercados. Nesse contexto, a experiência do assentamento demonstra a importância da articulação entre políticas públicas, assistência técnica, organização coletiva e acesso a canais de comercialização para fortalecer a agricultura familiar e promover processos duradouros de desenvolvimento rural sustentável.

**Figura 3: Vitrine Tecnológica de Agroecologia e Sustentabilidade (VITAL), vinculada ao projeto VITÓRIAS.**



**Fonte:** Adaptado pelos autores (2026) do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (2025).

Os resultados corroboram a interpretação de Fernandes (2010) de que os assentamentos rurais extrapolam a dimensão fundiária da reforma agrária, constituindo espaços de reorganização territorial, econômica e social. De forma semelhante, os mecanismos de cooperação identificados no Assentamento Olga Benário evidenciam a relevância das redes de sociabilidade e das formas coletivas de organização destacadas por Leite et al. (2004) como elementos fundamentais para a reprodução social das famílias assentadas. Ao mesmo tempo, a inserção em mercados institucionais confirma a importância das políticas públicas para a viabilidade econômica da agricultura familiar, conforme argumentam Schneider e Grisa (2014).

De forma convergente, Weirich et al. (2026) afirmam que o fortalecimento das políticas públicas voltadas aos trabalhadores da agricultura familiar brasileira deve capacitá-los para enfrentar os desafios contemporâneos, especialmente aqueles relacionados à modernização tecnológica e à transição ecológica dos sistemas produtivos, promovendo práticas mais sustentáveis, resilientes e

ambientalmente responsáveis. Tal processo deve estar associado à proteção dos agricultores em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantindo condições adequadas para sua inclusão produtiva e permanência no meio rural.

Nesse sentido, Altieri (2012) argumenta que a revitalização da agricultura familiar camponesa deve ser incentivada em razão de sua relevância para a produção de alimentos, a conservação dos recursos naturais, a manutenção da agrobiodiversidade, a reprodução dos saberes tradicionais e a promoção de formas mais sustentáveis e socialmente inclusivas de desenvolvimento rural.

Por fim, a experiência analisada demonstra que a transição agroecológica em curso contribui para a construção de sistemas produtivos mais resilientes e sustentáveis, aproximando-se da perspectiva defendida por Altieri (2012), segundo a qual a agricultura familiar desempenha papel estratégico na conservação da biodiversidade, na produção de alimentos e na promoção de formas sustentáveis de desenvolvimento rural. Assim, o Assentamento Olga Benário evidencia como a reforma agrária pode produzir impactos que transcendem o acesso à terra, envolvendo processos de organização social, inovação produtiva, sustentabilidade e fortalecimento territorial.

## **5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo analisou a trajetória histórica e os desdobramentos socioeconômicos do Assentamento Olga Benário, localizado em Santa Tereza do Oeste (PR), evidenciando como a reforma agrária se materializa em processos concretos de organização social, construção territorial e desenvolvimento rural. Os resultados

demonstram que a constituição do assentamento foi marcada por mobilização coletiva, disputas pelo acesso à terra e pela posterior consolidação de estratégias produtivas voltadas à permanência das famílias no meio rural.

A pesquisa revelou que a organização comunitária, a atuação da cooperativa, a inserção em redes de agroecologia e o acesso a políticas públicas desempenham papel fundamental na estruturação das atividades produtivas e na geração de renda. Destacam-se, nesse processo, a diversificação da produção agrícola, a agregação de valor por meio da agroindústria e a participação em mercados institucionais, especialmente por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tais mecanismos contribuem para fortalecer a agricultura familiar e ampliar as condições de reprodução social das famílias assentadas.

Os resultados também evidenciam a relevância das práticas agroecológicas e das iniciativas voltadas à sustentabilidade territorial, expressas na adoção de sistemas agroflorestais, na busca pela certificação orgânica e na articulação com instituições de pesquisa, extensão rural e desenvolvimento tecnológico. Nesse contexto, o protagonismo feminino e as formas coletivas de organização observadas no assentamento reforçam a importância das dimensões sociais e culturais para a consolidação de estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis.

Entretanto, persistem desafios relacionados à infraestrutura produtiva, à burocracia no acesso às políticas públicas, à sucessão geracional e à necessidade de fortalecimento das estruturas coletivas construídas ao longo da trajetória do assentamento. Esses

aspectos evidenciam que a efetividade da reforma agrária depende não apenas do acesso à terra, mas também da continuidade de políticas públicas capazes de promover condições adequadas de produção, comercialização, assistência técnica e permanência das famílias no campo.

Ao articular evidências empíricas e referenciais teóricos sobre reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural, este estudo contribui para a compreensão dos assentamentos rurais como espaços de produção, reprodução social e construção de alternativas ao modelo agrícola convencional. O caso do Assentamento Olga Benário demonstra que a reforma agrária pode produzir impactos que transcendem a redistribuição fundiária, envolvendo processos de fortalecimento territorial, inclusão produtiva, sustentabilidade e ampliação das oportunidades de desenvolvimento local.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a análise comparativa entre assentamentos rurais situados em diferentes contextos territoriais e em distintos estágios de transição agroecológica, permitindo aprofundar a compreensão dos fatores que condicionam a sustentabilidade econômica, social e ambiental desses territórios e suas contribuições para o desenvolvimento rural brasileiro.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AIO. **Estatuto da Terra (1964)**. UNCISAL, 2018. Disponível em: <https://www.aio.com.br/questions/content/segundo-o-estatuto-da-terra-1964-a-reforma-agraria-e-o-conjunto-de>. Acesso em: 16 jun. 2026.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BOUFLEUHER, Davi José Nicaretta; WEIRICH, Samuel Felipe; KOSLOSKI, André; HANSEL, Tiago Fernando; ZONIN, Wilson João; SIGNOR, Altevir; AHLERT, Alvorí. ARRANJOS LOCAIS DE GOVERNANÇA E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DE UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE. **Veredas do Direito**, [S. l.] , v. 9, pág. e236768, 2026. DOI: 10.18623/rvd.v23.6768. Disponível em: <https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/6768>. Acesso em: 16 jun. 2026.

CABRAL, A. O. Reforma agrária no Brasil: na teoria, na lei e na prática. In: [NOME DO ORGANIZADOR/AUTOR DO LIVRO]. **Geografia Agrária: ciência e tecnologia como estratégia de desenvolvimento**. [Cidade]: [Editora], 2023. p. 159–176.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF, 2004.

CARVALHO, S. et al. Reforma agrária: a realidade de um assentamento rural. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 4, n. 8, p. 67–97, ago. 2009.

COSTA, Odemir. Assentamentos rurais no Brasil: políticas agrárias e suas implicações. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 3, p. 1-9, 2024.

CORREIA, L. Políticas públicas e assentamentos rurais: os impactos sociais dos cortes de investimento do Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA) no Assentamento Itamarati II-MS. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade – RIET**, v. 3, n. 1, p. 104-123, 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: os trabalhadores rurais sem terra e a luta pela terra**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reconceitualizando a reforma agrária. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 31, p. 2-4, jul. 2010.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado: análise de programas federais no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.

INCRA. **Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA)**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/>. Acesso em: abr. 2025.

IPARDES. **Caderno Estatístico Municipal de Santa Tereza do Oeste**. 2025. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Caderno-Estatistico-Municipal>. Acesso em: 16 jun. 2026.

LEITE, Sérgio Pereira et al. (org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MATTEI, L. O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 234, 14 mar. 2017.

MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sergio. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS,

Leonilde; LEITE, Sergio (org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p. 17-52.

MIRANDA, Cláudia Job Schmitt de. Práticas sustentáveis em assentamentos da reforma agrária: limites e possibilidades. **Revista NERA**, v. 14, n. 19, p. 100-116, 2011.

NAVARRO, Zander. Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, 2000.

PEREIRA, Ana Lúcia. Educação e reforma agrária: experiências educativas em assentamentos do MST no Paraná. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 22, n. 1, p. 75–90, 2015.

RAMOS, E.; BORGES, A. As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 36-57, 2021.

RICHART, Jenelly Maria et al. GÊNERO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NO CAMPO: APLICAÇÃO DA METODOLOGIA MADERUS EM PROPRIEDADES RURAIS DO OESTE PARANAENSE. **Veredas do Direito**, [S. l.] , v. 9, pág. e236991, 2026.

DOI: 10.18623/rvd.v23.6991. Disponível em:

<https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/6991>.

Acesso em: 16 jun. 2026.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHERER, A. R. V. et al. Juventude Rural e o Papel do Sindicato: Políticas, Apoios e Desafios para a Permanência no Campo. *Revista Tópicos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 33, p. 1-26, 2026. ISSN: 2965-6672.

SILVA, José Carlos da. A trajetória do MST no Oeste do Paraná: lutas, conquistas e desafios. **Revista Geografia em Questão**, v. 15, n. 2, p. 45–60, 2012.

TRENTO, L. P.; PLEIN, C. Reforma agrária e sucessão: um estudo de caso no assentamento Missões, Francisco Beltrão (PR). **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 2654–2659, 2021. DOI: 10.34140/bjbv3n3-044. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/34390>. Acesso em: 16 jun. 2026.

WCED. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WEIRICH, Samuel Felipe; LUNKES, Bruna Michele Weirich; NERES, Marcela Abbado; HANSEL, Tiago Fernando; AHLERT, Alvor; OLIVEIRA, Irene Carniatto de. A (DES)CARACTERIZAÇÃO DO SEGURADO ESPECIAL RURÍCOLA: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRF-4. **Veredas do Direito**, [S. l.], v. 5, pág. e235468, 2026. DOI: 10.18623/rvd.v23.5468. Disponível em: <https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/5468>. Acesso em: 16 jun. 2026.

ZONIN, Wilson João. A agenda da sustentabilidade e o protagonismo territorial do PPGDRS. In: ZONIN, W. J. et al. (org.). **50 anos de Estocolmo-72, 30 anos da Rio-92, 10 anos do PPGDRS: uma análise sobre o III Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável**. Curitiba: CRV, 2023. p. 17–44.

ZONIN, Wilson João. Agroecologia, transição agroecológica e mudança ambiental. In: BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Angela D.

D. (org.). **Agricultores ecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares.** São Paulo: Annablume, 2012. p. 43–66.

ZONIN, Wilson João. **Transição agroecológica: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba.** 2007. 283 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ZONIN, Wilson João; NEUKIRCHEN, Leandro. **Interdisciplinaridade sem fronteiras: águas, alimentos, saberes, inclusão social e produtiva nos territórios rurais da América Latina.** Curitiba: CRV, 2020.

ZONIN, Wilson João et al. Dez anos do programa de pós-graduação em desenvolvimento rural sustentável: interdisciplinaridade, meio ambiente e inovações tecnológicas à serviço da comunidade. In: DE GRANDI, Adriana Maria et al. (org.). **Ciências Agrárias: as contribuições das instituições públicas e privadas para o desenvolvimento científico e tecnológico no meio rural.** Marechal Cândido Rondon: CCA/UNIOESTE, 2023. p. 59–81.

ZONIN, Wilson João et al. Ética, meio ambiente e desenvolvimento rural: questões que desafiam as ciências agrárias no Brasil. In: ZAMBOM, Maximilane A. et al. (org.). **Ciências Agrárias: ética do cuidado, legislação e tecnologia na agropecuária.** Marechal Cândido

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>3</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

<sup>4</sup> Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>5</sup> Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

<sup>6</sup> Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).